

Roriz corre risco de crime eleitoral

CORREIO — O governador Joaquim Roriz está tirando proveito político-eleitoral do problema das invasões?

CASTRO — Brasília está sendo usada para a preservação de um *establishment* político em prejuízo de todos os brasileiros. A inviabilização de Brasília significará mais tarde ter de construir uma nova capital da República. Não vejo como prover emprego, saúde, educação, segurança e Justiça para todo esse contingente humano que é estimulado a vir para a capital. A cidade tende a se transformar num caldeirão de pólvora que vai se autoconsumir com a violência e perda da dignidade dos grupos familiares. É uma irresponsabilidade do governo e que exige uma reação imediata da sociedade para que se congele esse tipo de ação eleitoreira.

CORREIO — Como seria essa reação?

CASTRO — A reação pode vir de entidades não-governamentais de defesa de Brasília, de defesa cívica da capital da República. Aqui parece que tudo é permitido, desde que gere votos. Nós temos de dar o exemplo para o Brasil de que na capital a sociedade começa a reagir contra esse tipo de prática eleitoral.

CORREIO — Que tipo de atitude deveria tomar o governador Roriz, na sua opinião?

CASTRO — Não é uma solução que virá em um dia, ou em um mês. É preciso um acordo com o governo federal e com os estados de Goiás e Minas Gerais para se criar cinturões de emprego no Entorno do DF. A tendência, se continuarmos nesse caminho, é a transformação do Entorno em uma espécie de Baixada Fluminense. Dar lotes não é solução para a cidade nem para a famílias que estão precisando de moradia. As pessoas não querem presentes, querem trabalho, salário digno,

condições para viver com dignidade.

CORREIO — O que deveria ser feito a respeito das recentes invasões?

CASTRO — Há lei federal que prevê uma série de providências que devem ser tomadas antes de se fazer um loteamento. É preciso garantir saneamento básico, energia elétrica, transporte. É necessário fazer tudo isso antes de vender ou doar os lotes. Mas nada disso é feito. O governo dá o lote e depois a cidade que se vire para organizar aquilo.

CORREIO — O governador pode responder na Justiça por essas ações relacionadas às invasões de terras públicas no Distrito Federal?

CASTRO — O governador deve ser aconselhado por seus advogados de que não pode começar a propaganda eleitoral antes do período permitido, sob pena de ser multado ou de responder a uma ação de improbidade administrativa. Se o governador Garotinho (*Anthony Garotinho, governador do Rio de Janeiro*) está enfrentando problemas por ter um programa de rádio, Roriz também poderá sofrer porque já se lançou candidato à reeleição e está fazendo propaganda quando distribui terrenos indiscriminadamente a todas as pessoas que invadem um espaço público.

CORREIO — Distribuir lotes pode se configurar como propaganda eleitoral?

CASTRO — O tipo de coisa que ele (Roriz) faz é claramente propaganda eleitoral. Quando ele distribui lotes, está pensando em ganhar a simpatia de eleitores. Isso é propaganda. O artigo 50 da Lei Eleitoral (9.100/97) veda expressamente isso. Além disso, se houver um ato concreto de doação de uma área pública, cabe uma ação popular para obrigar o administrador a reembolsar o Erário.